

PODER

Líder do PL pretende entregar ofício pessoalmente a Meloni. Enquanto isso, Angelo Bonelli, que informou onde a deputada condenada estava, sofre ameaças

Sóstenes pede que Itália conceda asilo a Zambelli

» DANANDRA ROCHA

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), viajou, ontem, para a Itália, com o objetivo de pedir à primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, asilo político para a deputada Carla Zambelli (PL-SP), que está presa desde terça-feira, em Roma. No ofício que pretende entregar pessoalmente a Meloni, o parlamentar argumenta que Zambelli é vítima de perseguição política pelo Supremo Tribunal Federal (STF), citando nominalmente o ministro Alexandre de Moraes.

Sóstenes também encaminhou ofício ao ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio, solicitando que negue o pedido de extradição da deputada feito pelo governo brasileiro. O deputado afirma que, no processo pelo qual foi condenada, a deputada não teve “direito ao contraditório” e que o Supremo não respeitou o devido processo legal. “No caso julgado pela Suprema Corte brasileira, a Deputada Zambelli não teve o direito ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal respeitados pelo Ministro Alexandre de Moraes, que julgou sua Ação Penal em dois anos e meio, o que evidencia o caráter inconstitucional da medida e a clara perseguição política por parte do referido Ministro”, argumenta o parlamentar, no documento.

Carla Zambelli foi condenada a 10 anos de prisão por contratar o hacker Walter Delgatti Neto para invadir sistemas do CNJ e inserir, ilegalmente, um mandado de prisão falso contra o ministro Alexandre de Moraes — com a assinatura forjada do próprio magistrado. Além disso, responde a outros processos, incluindo um por porte ilegal de arma, e chegou a ter seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo no início do ano, o que foi revertido mais tarde.

Amanhã, a deputada, que está presa no presídio feminino de Rebibbia, na capital italiana, passará por audiência de custódia pela Justiça italiana. Após interrogá-la, a Justiça decidirá se Zambelli permanecerá presa ou cumprirá como prisão domiciliar, com uso de tornozeleira. Ela permanecerá assim, enquanto seguir a análise do pedido de extradição, protocolado em junho pelo governo brasileiro. Existe ainda a possibilidade de a parlamentar retornar espontaneamente ao Brasil, o que ela já disse que não fará.

Cassação

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Paulo Azi (União-BR), espera que o julgamento da cassação da deputada foragida ocorra entre agosto e setembro. O prazo exato dependerá do relator do caso, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), segundo Azi.

Como relator, Garcia pode pedir

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Líder do partido de Zambelli na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), embarcou ontem para Roma



Eu cumpri meu dever de cidadão, ao contrário daqueles que, usando a cidadania italiana, se declararam intocáveis – como a própria Carla Zambelli”

Angelo Bonelli, deputado italiano

que sejam ouvidas testemunhas no caso. A defesa de Zambelli, que pediu o arquivamento da representação, indicou que, se a situação avançar, seria “imperiosa” a oitiva do hacker Walter Delgatti Neto, delator que acusou Zambelli de ter invadido o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Garcia tem até cinco sessões para apresentar o parecer, que dependem do número de sessões plenárias realizadas. A Câmara está em recesso e volta apenas na próxima semana.

A defesa também pede as oitivas do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-ministro da Defesa que se encontrou com Delgatti; de Michel Spiero, assistente técnico da defesa; do delegado Flávio Vieitez Reis, responsável pelo inquérito, e do policial federal Felipe Monteiro de Andrade, que fundamentou as acusações a Zambelli. “A efetivação dessas oitivas não é apenas um direito da defesa; é uma condição para a legitimidade e a imparcialidade do processo conduzido por esta comissão”, diz Fábio Pagnozzi, advogado da deputada licenciada.

Na terça-feira, diante da prisão da parlamentar licenciada, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que a Casa está adotando as providências

possíveis sobre o mandato parlamentar, que tramita na CCJ. “Não cabe à Casa deliberar sobre a prisão — apenas sobre a perda de mandato”, disse.

O processo na CCJ foi aberto por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). Após a votação na CCJ, caberá ao plenário decidir se cassará Zambelli. São necessários 257 votos para isso.

Ameaças

O deputado italiano Angelo Bonelli, conhecido por sua atuação na agenda ambiental e pelos posicionamentos firmes contra governos de extrema direita, tornou-se alvo de uma série de ataques e ameaças em suas redes sociais, após sua contribuição para a prisão de Zambelli. Condenada pelo STF a 10 anos de prisão, ela foi capturada pela polícia italiana na última terça-feira, após informações fornecidas diretamente por Bonelli.

Desde então, o parlamentar da coligação Aliança Verdes e Esquerda (AVS) afirma estar recebendo retaliações — algumas delas, segundo ele, com teor violento e ameaçador. “Tenho recebido mensagens de ameaças pelas redes sociais, inclusive de morte”, declarou Bonelli em nota oficial divulgada

na tarde de ontem. Apesar disso, reforçou a convicção de que agiu dentro do que considera ser sua responsabilidade como cidadão.

“Eu cumpri meu dever de cidadão, ao contrário daqueles que, usando a cidadania italiana, se declararam intocáveis — como a própria Carla Zambelli”, escreveu. A declaração vem na esteira de uma forte movimentação nas redes sociais, onde perfis brasileiros — passaram a atacar o deputado, associando sua atuação à suposta perseguição política contra aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A própria Zambelli, embora presa após condenação do Supremo por crimes relacionados a fraudes digitais e uso indevido de dados públicos, é retratada por seus apoiadores como vítima de perseguição judicial.

Cronologia

Segundo detalhou Bonelli, o processo de localização de Zambelli teve início às 18h40 do horário local (13h40 em Brasília), quando ele recebeu informações sobre o paradeiro da parlamentar. Às 19h50 (14h50 em Brasília), o deputado repassou os dados às autoridades italianas. Cerca de uma hora depois, por volta das 21h (16h em Brasília), Zambelli foi localizada no endereço indicado e detida pela polícia italiana.

Apesar de o PL — partido de Zambelli e de Bolsonaro — ter divulgado nota de apoio à parlamentar e reiterado a versão da entrega voluntária, os detalhes operacionais divulgados por Bonelli reforçam que a iniciativa da prisão partiu das autoridades italianas. O episódio reacendeu tensões políticas entre apoiadores da extrema-direita brasileira e figuras ligadas à centro-esquerda europeia. (Com agências de notícias)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Trump escala confronto com Moraes e mitiga tarifaço

A crise entre Brasil e Estados Unidos atingiu novo patamar político-institucional com a decisão do presidente Donald Trump de assinar uma Ordem Executiva que impõe sanções ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, por causa do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, e declara emergência nacional para justificar a imposição de tarifas adicionais ao Brasil, elevando esse total para 50%. A medida, porém, exclui dessa taxa produtos considerados indispensáveis para sua própria economia, como laranja, aço, minerais e combustíveis. Com isso, o impacto do tarifaço nas exportações será bem menor do que era esperado. Ponto para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve sangue frio para suportar as ameaças dos Estados Unidos e não caiu com o barulha da bala.

Sim, apesar da forte taxação do café e da carne, poderia ser pior, como tudo na vida. Entretanto, a crise diplomática entre os dois países não está encerrada. As medidas, que atingem especialmente o agronegócio brasileiro, não têm base econômica ou comercial plausível, mas uma motivação política explícita: pressionar o governo brasileiro e, em particular, retaliar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por sua atuação nos processos contra Jair Bolsonaro e seus aliados. Ou seja, é uma afronta à soberania brasileira e um desrespeito ao nosso Poder Judiciário.

A retórica da Casa Branca escancara a natureza extraterritorial e ideológica da medida. Trump acusa Moraes de ser um “juiz tirânico” que teria perseguido empresas norte-americanas, censurado críticos e violado direitos de cidadãos dos EUA, inclusive investigando figuras como Paulo Figueiredo por declarações feitas em solo americano. Com base nisso, determinou a revogação de vistos do ministro, de seus colegas no STF e de familiares, além de aplicar sanções financeiras, com base na chamada Lei Magnitsky, usada contra ditadores e violadores de direitos humanos.

Pela primeira vez, um presidente dos Estados Unidos ataca diretamente a independência do Judiciário brasileiro e condiciona relações comerciais a decisões judiciais favoráveis a seu aliado político. Essa atitude afronta os princípios mais elementares da soberania nacional. O presidente Lula, em entrevista ao New York Times, publicada ontem, reagiu: “Seriedade não exige subserviência. Trato todos com respeito, mas quero ser tratado com respeito”, disse ao esclarecer ao principal jornal norte-americano que a alegação de perseguição a Bolsonaro não procede e reiterar que o Judiciário brasileiro é independente.

Conversas

No campo diplomático, o governo brasileiro buscou intensamente desescalar a crise. Ontem, após o anúncio do tarifaço, o chanceler Mauro Vieira teve o seu primeiro encontro com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, em Washington. Vieira estava em Nova York e retardou sua volta ao Brasil para viabilizar o encontro, depois de intensas negociações de bastidor da embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti e do Itamaraty. O chanceler deu o recado claro de que o presidente Lula quer tratar exclusivamente da questão tarifária e preservar a relação comercial, sem politizar essas divergências. Foi um esforço para reabrir canais técnicos e evitar que o Brasil seja arrastado para uma disputa ideológica sem saída.

Motivada por uma defesa política de Bolsonaro, ironicamente, a retaliação afeta diretamente os setores que mais o sustentam politicamente. A bancada ruralista, os exportadores e os aliados do ex-presidente colhem os frutos de uma diplomacia informal, feita por canais paralelos e marcada por atitudes provocativas de figuras como Eduardo Bolsonaro, que alimentaram o confronto direto com Moraes em solo americano. Essa atuação paralela é vista por diplomatas como combustível adicional para a crise, a pior em dois séculos de relações bilaterais.

Ao transformar uma disputa judicial interna em pretexto para medidas de guerra comercial e sanções políticas, Trump rompeu com todas as normas de convivência entre democracias. A instrumentalização de tarifas como chantagem para interferir em decisões de um Supremo Tribunal é um precedente perigoso que ameaça qualquer país que insista em manter instituições autônomas frente à pressão internacional.

O Supremo reagiu em nota divulgada após o decreto de Trump, na qual afirma que o julgamento de crimes que implicam atentado grave à democracia brasileira é de exclusiva competência da Justiça do país, no exercício independente do seu papel constitucional. Explica que “o Procurador-Geral da República imputou a um conjunto de pessoas, inclusive a um ex-presidente da República, uma série de crimes, entre eles, o de golpe de Estado”, e que no âmbito da investigação, “foram encontrados indícios graves da prática dos referidos crimes, inclusive de um plano que previa o assassinato de autoridades públicas”.

Todas as decisões tomadas pelo relator do processo foram confirmadas pelo colegiado competente, destaca a nota do STF, ao se solidarizar com Moraes. O Supremo afirma que “não se desviará do seu papel de cumprir a Constituição e as leis do país, que asseguram a todos os envolvidos o devido processo legal e um julgamento justo”.

Na prática, o tarifaço de 50% não visa proteger a economia americana — cujos consumidores ainda são penalizados — mas, sim, criar um fato político internacional em ano eleitoral nos EUA. Ao lançar mão da retórica da “liberdade de expressão” e da “perseguição política”, Trump reforça sua base radical, nacionalista e antiglobalista, tentando repetir no plano externo o roteiro de vitimização que aplicou após o 6 de janeiro de 2021.

Bolsonaro: “Tem censura no Brasil?”

Proibido de se manifestar nas redes sociais, o ex-presidente Jair Bolsonaro evitou, ontem, expressar verbalmente o apoio à aliada, Carla Zambelli, presa no dia anterior, na Itália. Ainda cedo, pela manhã, ao chegar à sede do Partido Liberal (PL), em Brasília, foi abordado por jornalistas sobre a prisão.

Sem mencionar diretamente o nome da aliada, Bolsonaro respondeu com uma pergunta retórica: “Tem censura no Brasil ou não?”, disparou antes de entrar no prédio escoltado por seguranças.

A fala, embora breve, foi interpretada como uma tentativa de manter acesa a narrativa de perseguição política e “censura judicial” — discurso frequentemente utilizado por Bolsonaro e seus aliados quando confrontados com decisões do Judiciário. A omissão deliberada de qualquer menção direta à prisão de Zambelli aparenta

como estratégia de contenção: ao mesmo tempo que sinaliza apoio à base, o ex-presidente evita agravar sua própria situação legal.

Desde o dia 18 de julho, Bolsonaro está sob medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes. Ele é obrigado a usar tornozeleira eletrônica, tem recolhimento domiciliar noturno nos dias úteis e integral nos fins de semana e feriados, está proibido de usar redes sociais e de manter contato com outros investigados — incluindo Carla Zambelli.

Mesmo sob tais restrições, o ex-presidente tem feito aparições pontuais em eventos públicos, como a motociatá, na terça-feira, que reuniu milhares de motociclistas em Brasília, sempre cercado por aliados e com falas calculadas. Foi o que ocorreu ontem, ao se dirigir à sede do partido. (DR)

Danandra Rocha/CB/DA.Press



Bolsonaro falou discretamente à imprensa, ao chegar à sede do PL